



Esta obra forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM

www.juridicas.unam.mx

ÍNDICE IDEOGRÁFICO

A

Acesso ao direito – Ac. 188/10; Ac. 216/10;
Ac. 265/10; Ac. 266/10.

Acesso aos tribunais – Ac. 186/10; Ac. 188/10;
Ac. 216/10; Ac. 265/10; Ac. 266/10.

Acidente de trabalho:
Grau de incapacidade – Ac. 271/10.
Incapacidade para o trabalho – Ac. 260/10.
Indemnização – Ac. 271/10.
Pensão – Ac. 260/10; Ac. 271/10.

Actividade de segurança privada:
Alvará – Ac. 304/10.
Licença – Ac. 304/10.

Acto administrativo:
Fundamentação – Ac. 248/10.

Administração da justiça – Ac. 266/10.

Administração Pública – Ac. 232/10.
Imparcialidade – Ac. 248/10.
Princípios fundamentais – Ac. 248/10.
Relação jurídica de emprego – Ac. 256/10.

Administração regional – Ac. 256/10.

Administrador de sociedade comercial –
Ac. 279/10.

Advogado – Ac. 188/10; Ac. 305/10.

Afixação de painéis publicitários:
Licença – Ac. 177/10; Ac. 288/10.
Licenciamento municipal – Ac. 177/10;
Ac. 288/10.

Afixação de propaganda – Ac. 224/10.

Anúncios luminosos:
Autorização – Ac. 177/10; Ac. 288/10.

Aplicação da lei no tempo – Ac. 260/10.

Apoio judiciário – Ac. 188/10; Ac. 216/10;
Ac. 265/10; Ac. 266/10.

Arrendamento urbano:
Caducidade do contrato de arrendamento –
Ac. 196/10.
Caducidade do direito de transmissão –
Ac. 196/10.
Morte do arrendatário – Ac. 196/10.

Transmissão do arrendamento – Ac. 196/10.

ASAE – Ac. 232/10.

Assembleia da República:

Reserva absoluta de competência legislativa:

Regime das forças de segurança –
Ac. 232/10.

Reserva relativa de competência legislativa:

Bases do regime e âmbito da função
pública – Ac. 256/10.

Criação de impostos e sistema fiscal
– Ac. 176/10; Ac. 280/10.

Definição das medidas de segurança
– Ac. 232/10.

Direitos, liberdades e garantias
– Ac. 232/10.

Autonomia universitária – Ac. 248/10.

Autoridade de Segurança Alimentar e
Económica – Ac. 232/10.

C

Câmara municipal:

Competência para aplicação de coima
– Ac. 224/10.

Capacidade contributiva – Ac. 251/10.

Cargo público – Ac. 279/10.

Carreira docente:

Acesso – Ac. 248/10.

Casamento:

Regime de bens – Ac. 265/10.

Celeridade processual – Ac. 186/10.

Combustíveis – Ac. 176/10.

Compra e venda:

Contrato-promessa – Ac. 251/10.

Revenda – Ac. 251/10.

Condicionamento de direito fundamental

– Ac. 271/10.

Contencioso tributário:

Execução fiscal – Ac. 280/10.

Contra-ordenação laboral – Ac. 187/10;
 Ac. 270/10.
 Contrato de trabalho – Ac. 256/10.
 Contrato por tempo indeterminado – Ac. 256/10.
 Contribuinte – Ac. 280/10.
 Convenção Europeia dos Direitos do Homem –
 Ac. 185/10.
 Custas – Ac. 266/10.
 Pagamento em prestações – Ac. 265/10.

D

Declaração de património e rendimentos:
 Administrador de sociedade comercial –
 Ac. 279/10.
 Gestor público – Ac. 223/10; Ac. 279/10.
 Titular de cargo público – Ac. 279/10.

Desemprego:
 Prazo de caducidade – Ac. 267/10.
 Subsídio de desemprego – Ac. 267/10.

Direito à carreira – Ac. 248/10.
 Direito à identidade pessoal – Ac. 179/10.
 Direito à indemnização – Ac. 271/10.
 Direito à informação – Ac. 248/10.
 Direito à informação dos administrados –
 Ac. 248/10.
 Direito à justa reparação – Ac. 271/10.
 Direito à liberdade – Ac. 185/10.
 Direito à progressão na carreira – Ac. 248/10.
 Direito à promoção na carreira – Ac. 248/10.
 Direito à segurança social – Ac. 260/10;
 Ac. 267/10.
 Direito ao conhecimento da paternidade –
 Ac. 179/10.
 Direito ao livre desenvolvimento da personalidade
 Ac. 179/10.
 Direito ao recurso – Ac. 186/10; Ac. 188/10.
 Direito ao trabalho – Ac. 267/10.
 Direito criminal:
 Erro grosseiro – Ac. 185/10.
 Erro judicial – Ac. 185/10.
 Indemnização por prisão preventiva –
 Ac. 185/10.
 Princípio *in dubio pro reo* – Ac. 185/10.
 Prisão preventiva – Ac. 185/10.

Direito de acesso a cargos públicos –
 Ac. 248/10.
 Direito de defesa – Ac. 188/10.
 Direito de mera ordenação social –
 Ac. 187/10.
 Direito de propriedade – Ac. 196/10.
 Direito fundamental – Ac. 196/10.
 Direito fundamental análogo – Ac. 271/10.
 Direitos dos trabalhadores – Ac. 187/10;
 Ac. 257/10; Ac. 260/10; Ac. 267/10;
 Ac. 269/10; Ac. 270/10; Ac. 271/10.
 Direitos e deveres económicos e sociais –
 Ac. 187/10; Ac. 269/10; Ac. 270/10.
 Direitos, liberdades e garantias – Ac. 196/10.
 Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores
 – Ac. 269/10.
 Direitos sociais – Ac. 267/10.
 Dívida fiscal:
 Pagamento em prestações – Ac. 280/10.
 Prazo de prescrição – Ac. 280/10.

Doença profissional – Ac. 271/10.

E

Empresa intermunicipal:
 Secretário executivo – Ac. 223/10.

Empresa municipal:
 Administrador de empresa pública municipal
 – Ac. 223/10.

Empresa pública – Ac. 223/10; Ac. 279/10.
 Entidade Reguladora da Comunicação Social
 – Ac. 224/10.
 Erro judicial – Ac. 185/10.
 Escritório de advogados:
 Buscas – Ac. 305/10.

Expropriação por utilidade pública:
 Cálculo da indemnização – Ac. 264/10.
Jus aedificandi – Ac. 264/10.
 Justa indemnização – Ac. 264/10.
 Solo apto para construção – Ac. 264/10.

F

Filiação – Ac. 179/10.
 Forças de segurança – Ac. 232/10.
 Função Pública:
 Acesso – Ac. 248/10.
 Avaliação de mérito – Ac. 248/10.
 Concurso – Ac. 256/10.
 Concurso de recrutamento – Ac. 248/10.
 Nomeação – Ac. 256/10.

Fundo de acidentes de trabalho – Ac. 260/10.

G

Garantias dos administrados – Ac. 186/10.
 Garantias dos contribuintes – Ac. 280/10.
 Gasóleo verde – Ac. 176/10.

H

Higiene, segurança e saúde no trabalho
 – Ac. 187/10; Ac. 269/10; Ac. 270/10.

I

Ilícito de mera ordenação social:
 Contra-ordenação – Ac. 224/10.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:
 Capacidade contributiva – Ac. 306/10.
 Declaração fiscal – Ac. 306/10.
 Englobamento de rendimentos – Ac. 306/10.
 Rendimento tributável – Ac. 306/10.
 Taxa aplicável – Ac. 306/10.

Imposto sobre os produtos petrolíferos
 – Ac. 176/10.

Impostos – Ac. 177/10.
 Cobrança fiscal – Ac. 176/10.
 Matéria colectável – Ac. 251/10.

Impugnação da paternidade:

Prazo de caducidade – Ac. 179/10;
 Ac. 225/10.
 Prazo de interposição do recurso –
 Ac. 225/10.

Impugnação de acto administrativo – Ac. 186/10.
 Impugnação de deliberação partidária –
 Ac. 317/10.

Incapacidade para o trabalho – Ac. 271/10.
 Inconstitucionalidade orgânica – Ac. 176/10;
 Ac. 232/10; Ac. 280/10; Ac. 288/10.
 Indemnização por prisão preventiva – Ac. 185/10.
 Infracção fiscal – Ac. 299/10.

Iniciativa privada – Ac. 304/10.
 Início de vigência – Ac. 196/10.
 Insuficiência de meios económicos – Ac. 216/10;
 Ac. 265/10.

Interesse público – Ac. 304/10.
 Investigação da paternidade:
 Caducidade – Ac. 179/10.
 Prazo – Ac. 179/10.

IRS – Ac. 306/10.
 Isenção fiscal – Ac. 251/10.
 IVA – Ac. 176/10.

J

Juiz:
 Imparcialidade – Ac. 207/10.
 Juiz de instrução – Ac. 305/10.

Juiz do Tribunal Constitucional:
 Impedimento – Ac. 207/10.

L

Lei com valor reforçado – Ac. 256/10.
 Liberdade condicional – Ac. 181/10.
 Liberdade de ensino – Ac. 248/10.
 Liberdade de expressão – Ac. 224/10.
 Liberdade de informação – Ac. 224/10.
 Licenciamento municipal – Ac. 177/10.

M

Mandatário judicial:

Renúncia ao mandato – Ac. 188/10.

Medida de polícia – Ac. 232/10.

Ministério Público:

Audição – Ac. 186/10.

N

Norma estatutária – Ac. 256/10.

Norma fiscal de incidência – Ac. 176/10.

Norma inovatória – Ac. 176/10; Ac. 256/10.

Norma transitória – Ac. 196/10.

O

Órgão de polícia criminal – Ac. 232/10.

P

Partido político:

Aplicação de sanções disciplinares –
Ac. 317/10.

Militante – Ac. 317/10.

Recurso de deliberação – Ac. 317/10.

Patrocínio obrigatório – Ac. 188/10.

Pessoa colectiva:

Com fins lucrativos – Ac. 216/10.

Pessoa colectiva de direito público – Ac. 223/10.

Prescrição da dívida fiscal – Ac. 280/10.

Princípio da adequação – Ac. 224/10.

Princípio da capacidade contributiva –
Ac. 251/10.

Princípio da confiança – Ac. 196/10; Ac. 260/10.

Princípio da dignidade da pessoa humana –
Ac. 257/10.

Princípio da igualdade – Ac. 188/10; Ac. 196/10;
Ac. 248/10; Ac. 256/10; Ac. 260/10;
Ac. 264/10; Ac. 271/10.

Princípio da igualdade tributária –
Ac. 251/10; Ac. 306/10.

Princípio da legalidade criminal – Ac. 195/10;
Ac. 299/10.

Princípio da legalidade tributária – Ac. 176/10;
Ac. 280/10.

Princípio da necessidade – Ac. 224/10.

Princípio da proibição do excesso – Ac. 185/10;
Ac. 251/10; Ac. 266/10.

Princípio da proibição do retrocesso –
Ac. 187/10; Ac. 269/10; Ac. 270/10.

Princípio da proporcionalidade – Ac. 179/10;
Ac. 224/10; Ac. 251/10; Ac. 265/10;
Ac. 266/10; Ac. 267/10.

Princípio da segurança jurídica – Ac. 267/10;
Ac. 271/10.

Princípio da tipicidade penal – Ac. 299/10.

Princípio da unidade do Estado – Ac. 256/10.

Princípio do contraditório – Ac. 186/10.

Princípio do Estado de direito democrático –
Ac. 196/10; Ac. 257/10; Ac. 260/10;
Ac. 280/10.

Princípios fundamentais das leis gerais da
República – Ac. 256/10.

Privação da liberdade – Ac. 185/10.

Processo administrativo:

Contagem do prazo – Ac. 186/10.

Notificação do recorrente – Ac. 186/10.

Processo civil:

Defensor officioso – Ac. 188/10.

Execução – Ac. 257/10.

Impenhorabilidade – Ac. 257/10.

Interposição do recurso – Ac. 188/10.

Interrupção do decurso do prazo –
Ac. 188/10.

Tempestividade do recurso – Ac. 188/10.

Processo constitucional:

Fiscalização abstracta da constitucionalidade
e da legalidade:

Declaração de ilegalidade – Ac. 256/10.

Fiscalização concreta da constitucionalidade:
Abandono da questão de
inconstitucionalidade – Ac. 253/10.

Alegações – Ac. 253/10.

Arguição de nulidade – Ac. 207/10.

Complexo normativo – Ac. 202/10.

Conhecimento do recurso – Ac. 269/10;
 Ac. 270/10.
 Decisão de tribunal – Ac. 202/10;
 Ac. 299/10; Ac. 305/10.
 Desaplicação de norma por ilegalidade –
 Ac. 187/10; Ac. 269/10; Ac. 270/10.
 Desaplicação de norma por
 inconstitucionalidade – Ac. 187/10;
 Ac. 253/10; Ac. 269/10; Ac. 270/10.
 Dupla fundamentação – Ac. 187/10;
 Ac. 269/10; Ac. 270/10;
 Escusa de juiz – Ac. 207/10.
 Esgotamento dos recursos ordinários –
 Ac. 321/10.
 Exaustão dos recursos ordinários
 Ac. 321/10.
 Função instrumental do recurso
 Ac. 179/10; Ac. 187/10; Ac. 269/10;
 Ac. 270/10; Ac. 305/10.
 Identificação da norma – Ac. 202/10.
 Inconstitucionalidade suscitada
 no processo – Ac. 181/10.
 Interposição do recurso – Ac. 253/10.
 Interpretação inconstitucional –
 Ac. 253/10.
 Intervenção do Plenário – Ac. 177/10.
 Inutilidade do conhecimento do recurso
 – Ac. 179/10; 187/10; Ac. 269/10;
 Ac. 270/10.
 Inutilidade superveniente – Ac. 305/10.
 Multa processual – Ac. 321/10.
 Norma – Ac. 202/10; Ac. 253/10;
 Ac. 299/10; Ac. 305/10.
Obiter dictum – Ac. 187/10;
 Ac. 269/10; Ac. 270/10.
 Objecto do recurso – Ac. 202/10;
 Ac. 253/10; Ac. 265/10; Ac. 305/10.
 Prazo de interposição do recurso
 – Ac. 225/10; Ac. 321/10.
 Pressuposto do recurso – Ac. 181/10;
 Ac. 305/10.
 Reclamação de despacho do relator
 – Ac. 225/10.
 Reclamação para a conferência de
 decisão sumária – Ac. 299/10.
 Reclamação para o Plenário – Ac. 225/10.
 Recurso de constitucionalidade
 – Ac. 195/10.

Impugnação de deliberação de partido
 político – Ac. 317/10.

Processo criminal:

Alegações – Ac. 253/10.
 Alteração substancial dos factos – Ac. 253/10.
 Apreensão de documentos – Ac. 305/10.
 Busca – Ac. 305/10.
 Cumprimento da pena – Ac. 181/10.
 Despacho de pronúncia – Ac. 235/10.
 Extinção da instância – Ac. 253/10.
 Garantias de defesa – Ac. 235/10.
 Liberdade condicional – Ac. 181/10.
 Matéria de direito – Ac. 253/10.
 Pena de prisão – Ac. 181/10.
 Poder de cognição – Ac. 253/10.
 Prazo de prescrição – Ac. 195/10.
 Recurso do despacho de pronúncia
 – Ac. 235/10.
 Reenvio prejudicial – Ac. 195/10.
 Revogação da liberdade condicional
 – Ac. 181/10.
 Suspensão do prazo de caducidade
 e prescrição – Ac. 195/10.
 Suspensão do processo – Ac. 195/10.
 Suspensão provisória do processo – Ac. 235/10.

Processo equitativo – Ac. 186/10; Ac. 188/10;
 Ac. 207/10.

Processo justo – Ac. 207/10.

Processo tributário – Ac. 280/10.

Professores:

Concurso curricular – Ac. 248/10.
 Concurso de professores – Ac. 248/10.

Progressividade do imposto – Ac. 306/10.

Propaganda política – Ac. 224/10.

Propriedade privada – Ac. 196/10.

Publicação de acto administrativo – Ac. 186/10.

Publicidade – Ac. 177/10; Ac. 288/10.

R

Reclamos luminosos – Ac. 177/10; Ac. 288/10.

Rectificação do diploma – Ac. 187/10;

Ac. 269/10; Ac. 270/10.

Reenvio prejudicial – Ac. 271/10.
 Região autónoma:
 Autonomia regional – Ac. 256/10.
 Estatuto da região autónoma – Ac. 256/10.
 Poderes – Ac. 256/10.

REN – Ac. 279/10.
 Rendimento mínimo garantido – Ac. 257/10.
 Rendimento real – Ac. 251/10; Ac. 265/10.
 Reserva de lei estatutária – Ac. 256/10.
 Reserva de lei fiscal – Ac. 176/10.
 Responsabilidade civil de entidade pública –
 Ac. 185/10.
 Responsabilidade civil do Estado – Ac. 185/10;
 Restrição de direito fundamental – Ac. 179/10;
 Ac. 185/10; Ac. 196/10.
 Restrição de direitos – Ac. 181/10.
 Retroactividade da lei – Ac. 196/10.

S

Salário mínimo nacional – Ac. 257/10.
 Segredo profissional – Ac. 305/10.
 Segurança privada – Ac. 304/10.
 Segurança rodoviária – Ac. 288/10.
 Segurança social – Ac. 257/10; Ac. 260/10;
 Ac. 267/10.
 Sisa – Ac. 251/10.
 Sistema fiscal – Ac. 306/10.
 Sociedade comercial:
 Apoio judiciário – Ac. 216/10.
 Insolvência – Ac. 216/10.
 Falência – Ac. 216/10.
 Patrocínio judiciário – Ac. 216/10.

Sociedade de capitais públicos – Ac. 279/10.
 Sociedade de economia mista – Ac. 279/10.
 Sucessão de leis – Ac. 260/10.

T

Tarefa fundamental do Estado – Ac. 304/10.
 Taxa – Ac. 177/10.
 Taxa de justiça – Ac. 265/10; Ac. 266/10.
 Taxa de publicidade – Ac. 177/10; Ac. 288/10.
 Taxas – Ac. 176/10.

Titular de cargo público – Ac. 223/10.
 Trânsito em julgado – Ac. 225/10.
 Tribunal Constitucional:
 Competência – Ac. 195/10.
 Poder de cognição – Ac. 185/10; Ac. 195/10.
 Uniformização de jurisprudência –
 Ac. 225/10.
 Tribunal criminal – Ac. 195/10.
 Tributação de pensões – Ac. 306/10.
 Tributação dos rendimentos – Ac. 251/10;
 Ac. 306/10.
 Tutela jurisdicional efectiva – Ac. 186/10.

U

Universidade:
 Autonomia – Ac. 248/10.

V

Valor da causa – Ac. 266/10.
 Vencimento:
 Penhora – Ac. 257/10.